UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO E DESENVOLVIMENTO NACIONAL * — RELATÓRIO PRELIMINAR

FANNY TABAK

1. Introdução 2. Objetivos da pesquisa 3. Características das amostras 4. Resultados preliminares 5. Algumas conclusões iniciais.

1. Introdução

Os problemas relacionados com a superação das condições de subdesenvolvimento em que se encontram, ainda hoje, numerosos países têm sido tratados pelos cientistas sociais sob os mais variados ângulos. No campo da ciência política, alguns dos aspectos que têm despertado maior interêsse nestes últimos anos, situam-se na área do comportamento político, da mobilização política, dos processos de socialização e conscientização política. Dentro disso, tem-se buscado caracterizar o comportamento de determinados grupos ou camadas sociais, notadamente aquêles que vêm revelando grau mais elevado de participação política ou se destacam pela natureza mais radical de suas ações. É o caso, entre outros, dos estudantes universitários, que no período histórico mais recente

* Relatório preliminar de pesquisa projetada pelo IDPCP em abril de 1970, sob a responsabilidade da Prof.ª Fanny Tabak e que abrangeu estudantes de engenharia de três universidades federais, Rio de Janeiro, Bahia, Pelotas, e da Universidade de São Paulo (Escola de Engenharia de São Carlos). Os trabalhos de codificação e tabulação finais e o processamento dos dados foram feitos por Ângela Maria M. Peçanha, sob a orientação do Prof. Nelson do Valle Filho, no Rio Data Centro (PUC). Os gráficos são de autoria de Quirino Inácio Jung.

e em inúmeras regiões do mundo, recorreram a formas às vêzes violentas de contestação política, como por exemplo, durante o conturbado maio de 68, na França. [1]

Nos países imprecisamente denominados subdesenvolvidos e no caso particular da América Latina, o problema da mobilização política adquire uma conotação peculiar, pois a consciência do fenômeno e a definição das causas determinantes do subdesenvolvimento (em todos os variados e múltiplos aspectos em que êsse se apresenta) é que irá determinar, em última análise, o tipo de comportamento político.

Em maio de 1970, reuniu-se em Viña del Mar um Seminário Internacional que discutiu durante dez dias o tema Estudantes e política. [2] O encontro, que reuniu além de especialistas da própria região, alguns europeus e norte-americanos, permitiu o debate sôbre os enfoques metodológicos para análise do tema, as raízes do radicalismo no movimento estudantil, e em tôrno de alguns casos específicos: Argentina, Peru, Venezuela, Chile e Estados Unidos. Em sua exposição sôbre Enfoques para el analisis del problema de los estudiantes universitarios y la politica, Paul Sigmund chamou a atenção do Seminário para o fato estranho que é "a falta de investigação, até recentemente, sôbre o papel que desempenha na política o estudante latino-americano. Isso apesar de abundante evidência da importância política do estudante latino-americano, em momentos cruciantes da história recente da América Latina. Muito embora durante 50 anos os estudantes tenham participado da política universitária nacional, os primeiros estudos completos sôbre o papel político que desempenha o estudante latino-americano começaram a aparecer sòmente há uma década, e a maioria dêles foi resultado do trabalho realizado por estudantes pós-graduados norte-americanos na preparação de suas teses de doutoramento."

[1] Não foram poucos os sociólogos e cientistas políticos que se dedicaram à análise dos acontecimentos de então e foram organizados, inclusive, mesas-redondas e debates especiais sôbre o assunto. Ver, por exemplo, o número 8 (avril, mai, jun, 1968), da revista *L'homme et la Societé*, bem como os trabalhos de H. Lefèvre, R. Aron, R. Garaudy e outros.

[2] Cf. *Estudiantes y Politica*. Seminário Internacional de Viña del Mar. UNESCO, 1970.

Sôbre o assunto, várias pesquisas foram realizadas nos últimos anos, algumas com ênfase maior no movimento estudantil, outras de caráter apenas sociológico, interessados em caracterizar a origem socioeconômica dos estudantes de nível superior. [3] O assunto tem despertado o interêsse de sociólogos, educadores, cientistas políticos, tanto da região, como dos EUA e da Europa.

No Brasil, a participação do universitário no movimento político geral do início da década de 60 constituiu objeto de estudo especial voltado especìficamente para o papel por êle desempenhado em face à *transformação da sociedade brasileira,* tema de tese de doutoramento de Marialice M. Foracchi, da Universidade de São Paulo. [4] A partir de um trabalho de investigação empírica entre estudantes da USP (5% da população estudantil, em 1960), a autora analisa os vínculos do estudante com o sistema (estilo de dependência e situação de classe), os caminhos de sua emancipação (trabalho e autonomia), características da *praxis* estudantil e conclui quanto ao processo de socialização do universitário. Estuda detidamente o movimento estudantil brasileiro e as origens do radicalismo político dos estudantes.

Na América Latina, e com a finalidade de realizar estudos comparativos, um projeto patrocinado pela UNESCO (convênio entre o Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, Faculdad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO) e Instituto para la Integración de América Latina (INTAL), sob o título geral Subdesarrollo y saber superior, promoveu em quatro países latino-americanos (Chile, Peru, Uruguai e Brasil) uma pesquisa sôbre o papel do saber superior no processo de desenvolvimento. Buscou-se caracterizar o papel do professor frente ao saber superior (e sua opinião a respeito do papel dos demais professôres e dos alu-

[3] Por exemplo, aquela realizada pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ em 1967 e a que foi divulgada na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos,* 42 (97): 1965, sob o título Caracterização socioeconômica do estudante universitário.

[4] FORACCHI, Marialice. *O estudante universitário e a transformação da sociedade brasileira.* Cia. Editôra Nacional, 1965. Ainda da mesma autora: El radicalismo vinculado al sistema: condiciones sociales de la politización del estudiante brasileño. *Revista Latino-Americana de Sociologia,* 3, 1966.

nos); o mesmo, em relação aos alunos; a ideologia educacional de professôres e alunos; sua posição frente à integração universitária e científica na América Latina. O primeiro relatório em tôrno do projeto inclui, além de dados relativos aos aspectos quantitativos da universidade no Brasil, algumas conclusões: uma das principais é a de que a universidade constitui privilégio das classes altas e médias, ou seja, a universidade brasileira (em especial na Guanabara) é antes uma instituição de elites do que de massas, cujo papel tem sido antes de manutenção do *status quo* do que o de promover mudanças mediante criação de novos conhecimentos ou preocupar-se com uma ação crítica. [5]

Seu capítulo 6, Politização do estudante universitário no Brasil, busca demonstrar a relação existente entre o fenômeno da politização do estudante universitário e a estrutura da universidade, e as relações entre essa última e a estrutura econômica e sociopolítica vigente no país.

Faz também uma resenha das idéias básicas de diferentes autores que abordaram o tema (O. Ianni, Eisenstadt, M. Foracchi, O. Albornoz, Lipset, Germani).

Estudos realizados sôbre a oposição estudantil (México, Panamá, Pôrto Rico, Colômbia, Paraguai e Uruguai) buscaram estabelecer associações entre participação política e uma série de variáveis: classe social, situação de vida, tipo de escola primária e secundária, tipo de curso universitário, fatôres que influem na escolha da carreira, satisfação com a vida estudantil, tipo de universidade (pública ou particular).

O processo de socialização profissional em quatro carreiras chilenas constituiu tema para uma investigação empírica realizada entre estudantes da Universidade do Chile (de en-

[5] O Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais publicou em abril de 1967 o primeiro relatório mimeografado do projeto II, de autoria de Victor Manuel Duran. Divide-se sete capítulos, dos quais os cinco primeiros trazem informações sôbre a universidade em si, e os dois últimos, tratam da politização dos estudantes e da migração de técnicos e cientistas para o exterior.

O "breve histórico da Universidade brasileira" (cap. 2) se baseia nos trabalhos de CORRÊA, Arlindo Lopes. *Educação e desenvolvimento econômico do Brasil.* Rio, 1963, mimeogr. e de HAROLD, Benjamin. *La educación superior en las Repúblicas Americanas.* Madrid, 1964.

genharia, medicina, ciências básicas e pedagogia).[6] Seu objetivo principal foi estudar as atitudes em relação à profissão e em relação aos fatos da vida política nacional e às intensas lutas políticas que caracterizam o país em 1963/64.

Também nos últimos Congressos Mundiais de Sociologia e Ciência Política (1970), o tema Juventude e política constou do temário. Trata-se, sem dúvida alguma, de assunto de enorme atualidade.

2. Objetivos da pesquisa

O objetivo principal da pesquisa aqui descrita em caráter de relatório preliminar foi o de conhecer o nível de conscientização do universitário brasileiro em relação aos problemas suscitados pelo processo de desenvolvimento nacional; em particular a imagem que êle tem dêsse processo e do papel por êle próprio desempenhado dentro do mesmo, na sua vinculação com o saber superior.

Foi arbitràriamente escolhido o estudante de uma área tecnológica reconhecidamente prioritária — engenharia — partindo-se do pressuposto de que o desempenho profissional dêsse estudante, uma vez concluído o curso de graduação, teria importância fundamental para o bom êxito da implantação de uma política voltada para o desenvolvimento. Por outro lado, era nossa intenção tentar avaliar a influência possìvelmente exercida pela universidade sôbre o processo de conscientização política de seus alunos, em relação aos prejuízos causados ao país em conseqüência de sua situação de atraso e às medidas mais indicadas para impulsionar o ritmo do desenvolvimento nacional. Para isso, decidimos trabalhar com duas amostras: uma de alunos do 1.º ano (ou ciclo básico), que incluía aquêles recém-ingressados na universidade e, presumìvelmente, ainda não submetidos a qualquer possível influência exercida por currículos, programas, professôres, colegas, etc.; outra, de alunos do último ano, já em diferentes especialidades (engenharia civil, mecânica, elétrica, etc.). Essa última amostra, integrada por alunos que já se haviam definido por determinado ramo de profissionalização, deveria permitir-nos avaliar, por meio das respostas às perguntas por nós formuladas, de que maneira a universidade teria atuado

[6] Cf. GLAZER, Myron. O processo de socialização profissional em quatro carreiras chilenas. *Revista Latino-americana de Sociologia, 3,* nov. 66.

como agente de socialização política. Isso se faria mediante comparação entre os resultados obtidos no 1.º e no 5.º anos.

Dentro dêsse objetivo principal, interessava-nos saber até que ponto poderia influir no processo de conscientização política do universitário o fato de que a instituição de ensino superior estivesse situada em um grande centro universitário, dotado de recursos técnicos modernos, boas bibliotecas, pessoal docente altamente qualificado e que fôsse simultâneamente importante centro político e cultural (por exemplo, o Rio de Janeiro) ou em localidades do interior do país, em que outros agentes de socialização (que não a universidade pròpriamente dita) desempenhassem papel menos relevante.

Graças à valiosa colaboração prestada ao Instituto de Direito Público e Ciência Política (IDPCP) pelo Instituto de Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas, dirigida pelo Professor Silvino Lopes Netto e ao interêsse demonstrado pelo Prof. Carlos Alberto Souza Viana, Diretor da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, pelo Professor Ary Guimarães, chefe do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade Federal da Bahia, foi possível aplicar os questionários aos alunos sorteados para a amostra naquelas duas universidades federais.

Além disso, obtivemos ainda o apoio da Professôra Maria Teresa Micelli Kebauy e de um grupo de alunos do curso de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara (SP), os quais se incumbiram da mesma tarefa entre os estudantes da Escola de Engenharia de São Carlos, *campus* da Universidade de São Paulo, no interior do estado.

Foi utilizada a técnica de *survey,* com caráter em grande parte exploratório e a pesquisa, projetada inicialmente apenas para a Universidade Federal do Rio de Janeiro (Escola de Engenharia, Fundão) [7] e para a Universidade de São Paulo (Escola de Engenharia de São Carlos, foi ampliada depois para Pelotas (Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel) e Salvador (Escola de Engenharia da Universidade Federal).

[7] O sorteio das amostras, a aplicação dos questionários, a elaboração do código inicial e tabulação dos resultados, na parte referente à Universidade Federal do Rio de Janeiro, ficaram sob a responsabilidade dos pesquisadores Maria Aparecida Alves Hime e Sérgio Rocha Souza.

As variáveis de base incluídas no questionário que serviu para a realização do *survey* visavam à obtenção de dados relativos à caracterização socioeconômica do estudante (renda familiar, número de dependentes, grau de instrução e ocupação do pai), à sua situação de dependência (ou não) em relação à família (forma de sustento ou manutenção, coabitação (com quem mora).

As variáveis políticas abrangiam, de um lado, a exposição aos meios de comunicação, buscando-se saber, fundamentalmente, o papel da imprensa como fonte de informação política mediante leitura diária, freqüente ou rara de jornais, e quais os assuntos que despertavam maior interêsse. De outro lado, tratava-se de conhecer a opinião dos estudantes a respeito da política educacional (aquela em execução e a que seria a ideal dentro de uma programação voltada para o desenvolvimento nacional), a respeito do movimento estudantil (funções a êsse atribuídas e avaliação de seu desempenho).

A participação política do estudante foi verificada por meio do exercício do voto, por ocasião das últimas eleições (novembro de 1970). Sua imagem do caráter do desenvolvimento nacional foi analisada pelas respostas dadas as perguntas sôbre: medidas sugeridas para acelerar o desenvolvimento, grupos mais empenhados em promover o desenvolvimento, papel do Estado no desenvolvimento. Uma pergunta final indagava sôbre a significação que teria, e as possíveis conseqüências de uma integração latino-americana.

Numa segunda etapa, é nossa intenção realizar pesquisa semelhante entre estudantes de uma grande universidade privada — a PUC do Rio de Janeiro — incluindo nas amostras alunos não só de engenharia, mas também de ciências sociais, a fim de comparar as opiniões manifestadas por êsses com as de seus colegas das universidades oficiais. [8]

3. Características das amostras

3.1 As amostras que serviram para a aplicação do questionário, ponto de partida para o *survey*, estavam constituídas

[8] Rafael Roncagliolo realizou na Universidade Católica del Perú uma investigação empírica extremamente interessante, cujo objetivo foi medir a orientação política dos estudantes e o seu nível de participação política segundo sua orientação, associando tais indicadores com variáveis socioeconômicas. Cf. Estudiantes y Política, Seminário de Viña del Mar (maio-70).

por 10% dos alunos regularmente matriculados em cada uma das universidades citadas, no 1.º e no 5.º ano,[9] segundo as diferentes especialidades e subespecialidades oferecidas, de acôrdo com o currículo adotado em cada uma.

Eis o quadro geral de questionários aplicados:

	Amostra			(região)
Ano	Rio	S. Paulo	R. G. do Sul	Bahia
1.º	47	40	31	30
5.º	34	26	17	13
Total	81	66	48	43

Total geral 238 questionários

3.1.1 Do ponto de vista de *sexo,* o que ressalta é a proporção insignificante de elementos do sexo feminino, que varia entre 0% no 5.º ano, nas amostras do Rio e de Pelotas, até o máximo de 12,8% no Rio, no 1.º ano. Admitindo-se que estaria havendo agora maior incorporação de mulheres aos cursos de engenharia, pelo fato de que elas aparecem no 1.º ano nas quatro amostras, mesmo assim, isso ocorre em proporções pouco expressivas: 12,8% no Rio, 10% na Bahia, 3,2% no RS e 2,5% em São Paulo. Como se vê, engenharia continua sendo considerada profissão essencialmente masculina. Isso deve refletir, provàvelmente, as limitações do mercado de trabalho, que daria preferência, em igualdade de condições profissionais, aos elementos do sexo masculino, sob pretexto de que a mulher tem sempre muitos problemas. Um dos resultados seria a falta de estímulo para o ingresso de mais mulheres nos cursos de engenharia. A alegação de dificuldade no vestibular parece-nos duvidosa, pois o vestibular de medicina não pode ser considerado mais fácil (ou menos concorrido) e no entanto a proporção de mulheres é em ge-

[9] Na Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, o último ano de graduação é o 4.º.

ral bem maior. Estaria a explicação para tal ocorrência no fato de que é mais fácil para a mulher exercer a profissão na área da medicina? Ou no de que nesse ramo de atividade os preconceitos antifeministas estão menos arraigados?

3.1.2 Quanto *à idade,* a quase totalidade de estudantes do 1.º ano situa-se na faixa de 18 a 24 anos (em tôrno de 90%), nas quatro amostras. No 5.º ano, essa faixa etária varia de 59% no RS, até 75% no Rio; ao passo que, ao grupo que vem em seguida (25 a 30) correspondem 23,5% de estudantes do Rio, até 41,1% do RS. Acima de 30 anos há apenas 2,9% e 3,8% em São Paulo, no 5.º ano.

Os mais jovens (até 18 anos) aparecem com 8,5% no Rio, 5,0% em São Paulo e 6,6% na Bahia. É sabido que o curso de engenharia tem sempre um currículo bastante amplo, geralmente desenvolvido em horário integral, o que exige do aluno estudo intensivo e continuado, além dos estágios. Isso explicaria, certamente, o fato de que pessoas de idade mais alta (acima dos 30) teriam dificuldade em fazer tal tipo de curso, uma vez que, ao que se supõe, já deveriam estar exercendo algum tipo de trabalho remunerado e teriam possìvelmente encargos de família.

3.1.3 O *estado civil* dos entrevistados revelou também uma quase totalidade de solteiros, no 1.º ano. A proporção de casados, no 5.º ano, variou entre 5,9% no RS e 15,3% na Bahia. Outra categoria sugerida — desquitado — aparece apenas com 2,1% no Rio e 3,3% na Bahia, para o 1.º ano, e ùnicamente em São Paulo há 3,8%, no 5.º ano.

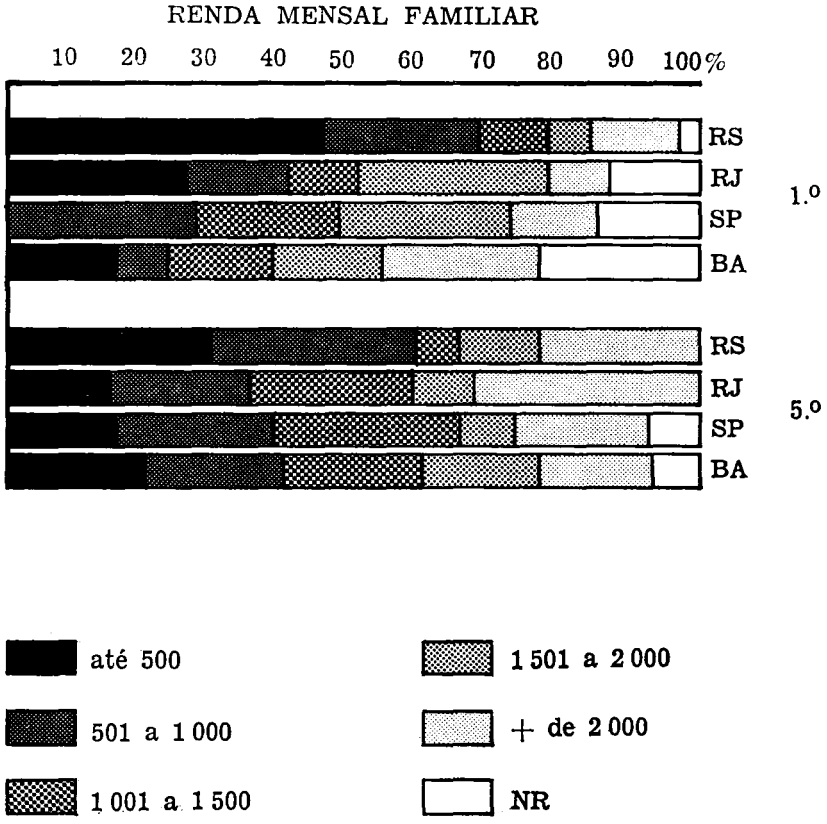
3.1.4 Uma série de variáveis foram utilizadas como indicadores de *status socioeconômico* a fim de configurar a condição social do estudante:

a) *renda mensal familiar* — medida nas seguintes faixas (gráfico 3):

até 500,0
de 501 até 1 000
de 1 001 a 1 500
de 1 501 a 2 000
> 2 000

As rendas mais baixas (até 500) localizaram-se em Pelotas (1.º ano 45% e 5.º ano 29%), ao passo que as mais altas (acima de 2 000) aparecem entre o 5.º ano do Rio (33%). Em São Paulo, no 1.º ano, não há renda inferior a 500,00 e as percentagens correspondentes à faixa superior a 2 000,00, que se poderia considerar como renda mensal familiar razoável (condicionada, é claro, ao número de dependentes) são maiores que no Rio. Mas a renda baixa aparece em proporções significativas no RS (45,0%), no Rio (25,5%) e na Bahia (16,0%) — 1.º ano.

GRÁFICO 1



Essa variável, se completada com os dados referentes a número de irmãos menores (e por conseguinte, econômicamente dependentes), permite que se tenha idéia do padrão de vida provável, de acôrdo com o nível de renda mencionado. No caso do Rio, tanto no 1.º como no 5.º ano, a maior concentração está no grupo de um a três irmãos menores (44,3% e 22,7%, respectivamente). Mas é bastante elevada a proporção dos que declaram não ter irmãos menores (43,0 e 61,2%). É de se supor que se a família é menor e se o universitário não tem irmãos, o seu padrão de vida será mais alto.

Se admitirmos que a proporção mais elevada de estudantes provindos de família com baixa renda mensal serve como indicador de renovação, no sentido de uma abertura da universidade para elementos originários de camadas econômicamente menos favorecidas, têrmos, no nosso caso, que a Escola de Agronomia de Pelotas é aquela que apresenta maiores facilidades para o ingresso de alunos procedentes de tal meio. E, inversamente, a mais fechada seria a Escola de Engenharia de São Carlos, *campus* da Universidade de São Paulo, onde não apareceu nenhum aluno na faixa até 500,00.

b) *Instrução do pai*

Essa variável independente foi estudada à base da utilização das seguintes categorias: a) sem instrução formal, b) primário completo, c) primário incompleto, d) secundário, e) universitário, f) curso de formação técnica; as quais foram concentradas em apenas quatro: sem instrução, primário, secundário e superior. Verifica-se que no 5.º ano, as maiores percentagens correspondem ao primário (entre 35 e 60%). É curioso que a maior proporção daqueles que apresentam instrução secundária e superior (que aliás se equivalem) ocorre na Bahia (30%) enquanto a menor é a de Pelotas (18 e 6%, respectivamente).

Mas o realmente significativo seria constatar uma proporção mais alta de estudantes do 1.º ano, cujos pais tivessem apenas instrução primária, o que poderia ser talvez início de maior facilidade de acesso ao ensino superior, por parte de elementos oriundos de camadas sociais mais baixas. Não é, porém, o que ocorre, pois justamente no 1.º ano as proporções correspondentes a pais com instrução secundária e superior são mais elevadas. A amostra que apresenta maior percentagem na categoria primária é a de Salvador (55%) e

a mais baixa é a do Rio (16%). Embora se pudesse também analisar o mesmo gráfico de outra maneira, ou seja, considerar o fato de que no 1.º ano, a instrução secundária e superior aparece em proporções mais altas, como indícios de elevação geral dos níveis de cultura e instrução, resultantes da ampliação da rêde de ensino e melhoria do sistema cultural, o que, aliás, seria uma afirmação verdadeira, pois as maiores percentagens correspondem ao Rio.

c) *Ocupação principal do pai*

As seguintes categorias foram utilizadas: a) profissões liberais e altos cargos administrativos, b) militares, c) funcionários públicos, d) cargos não manuais de qualificação média, e) cargos não manuais de rotina, f) cargos manuais especializados, g) cargos manuais semi-especializados, h) não especializados, i) desempregado.

A maior concentração das respostas está entre os respondentes cujos pais exercem profissões liberais ou altos cargos administrativos. No 1.º ano, São Paulo apresenta percentagem bastante mais elevada que as demais (55, para 15 no Rio). Já no 5.º ano, a mesma categoria se apresenta mais equilibrada entre as quatro amostras e ainda é aquela que ocorre em maiores proporções. Isso significa que os estudantes de engenharia provêm, em grau considerável, de famílias de profissionais liberais (ou seja, de pais que fizeram também um curso superior de caráter profissional e que exercem a profissão) ou ocupados na administração (pública ou de emprêsas), em postos elevados. Os militares aparecem em proporções maiores no Rio, tanto no 1.º como no 5.º ano.

Os cargos manuais, que poderiam ser utilizados também como indicador de abertura da Universidade a camadas mais baixas, aparecem em proporção mais significativa apenas em São Paulo (20%) e na Bahia (30%) e, não no 1.º ano como seria de esperar, mas no 5.º, isto é, a tendência seria não no sentido de ampliar a participação dessa camada mas, ao contrário, de restringi-la. Na Bahia, por exemplo, os 30% correspondentes a estudantes do 5.º ano cujos pais exercem ocupações manuais não são mais do que 10% no atual 1.º ano. Muito embora no Rio tenha ocorrido fenômeno inverso: a proporção aumentou de 3% no 5.º ano para 15% no 1.º. Logo, seria preciso estudar outros fatôres, talvez de ordem local, que pudessem explicar melhor a ocorrência.

Os militares aparecem em proporção expressiva no Rio, com cêrca de 10% tanto no 1.º ano como no 5.º. Não aparecem no Rio Grande do Sul nem na Bahia.

3.2 *Características do estudante*

Duas variáveis independentes foram utilizadas para definir a situação do estudante de engenharia do ponto de vista de sua posição em face de sua família. O objetivo principal era definir uma situação de *dependência* ou *independência* em relação à mesma, não só em têrmos econômicos (manutenção e custeio de despesas com estudos), mas também políticos e ideológicos, isto é, como possível explicação para as opiniões emitidas pelos estudantes.

3.2.1 A primeira — *coabitação* — buscava saber com quem mora o estudante:

a) só ou com a (o) espôsa (o), b) com os pais, c) com parentes, d) com colegas (em quarto, república, apartamento).

Verifica-se que no Rio, a proporção dos que moram com os pais é consideràvelmente maior do que nos demais lugares (89 e 75%, no 5.º e 1.º anos, respectivamente). Em segundo lugar está Salvador, com 66 e 46%).

Em relação a São Carlos e a Pelotas, a situação é inversa: as proporções mais elevadas referem-se à categoria *com colegas*: 85 e 93%, para o 1.º e 5.º anos de São Carlos e 55 e 47%, na mesma ordem, para Pelotas.

Isso se poderia explicar, talvez, pelo fato de que a procedência dos alunos dessas duas últimas universidades é muito mais variada. No caso de Pelotas, é grande o número daqueles que vêm de Santa Catarina e de outras cidades do RS, o que os obriga a morar com outros colegas. O mesmo ocorre em São Carlos, que acolhe alunos aprovados em exame vestibular realizado em diferentes localidades e igualmente obrigados a resolver o problema da moradia, uma vez que não têm família na cidade.

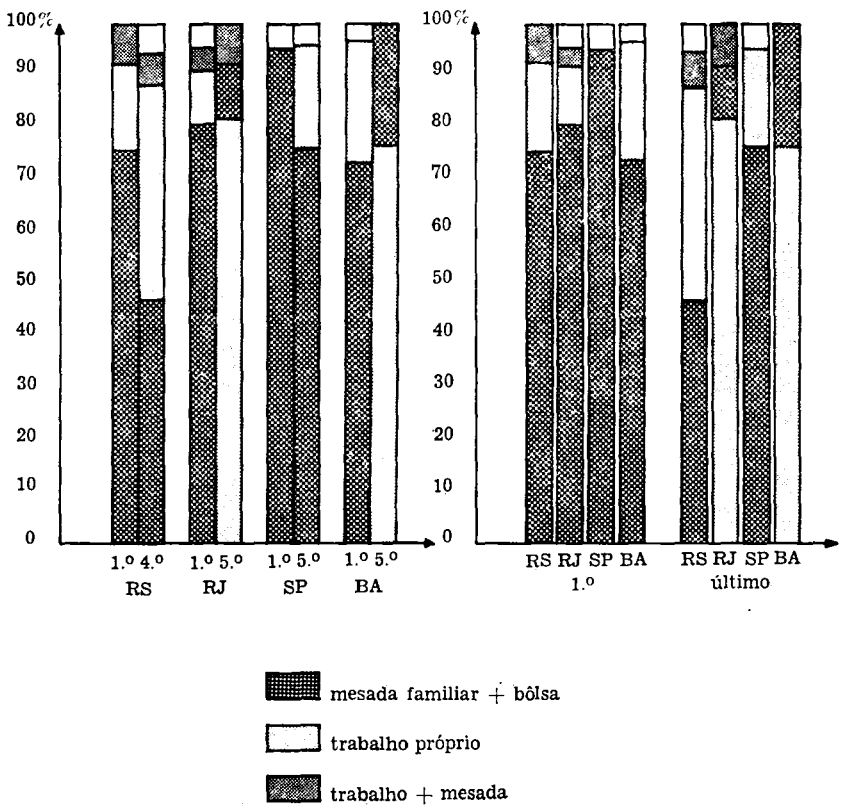
A vinculação (ou não) com a família sob a forma de convivência diária possibilita, em nossa opinião, que ela exerça influência muito maior sôbre a formação política do estudante, capaz de moldar, grandemente, o conjunto de opi-

niões que êle venha a manifestar em tôrno dos problemas políticos. Recìprocamente, o fato de o estudante morar com colegas (e não com os pais ou parentes), possibilitaria um grau de independência maior em relação a opiniões políticas e comportamento ideológicos.

3.2.2 A segunda variável — *forma de sustento* — intitulada por alguns pesquisadores manutenção foi examinada de acôrdo com as seguintes categorias: a) mesada familiar, b) trabalho próprio, c) bôlsa de estudo, d) mesada e bôlsa, e) trabalho e bôlsa, f) mesada e trabalho. Apurados os resulta-

GRÁFICO 2

FORMA DE SUSTENTO



dos, foi a codificação das respostas simplificada (à luz dos dados obtidos) para as três categorias que aparecem no gráfico 1: a) mesada familiar mais bôlsa, b) trabalho próprio, c) trabalho mais mesada.

O interêsse maior residia em conhecer a proporção de estudantes que não dependiam econômicamente de suas famílias, pois já realizavam trabalho próprio, o que deveria significar a possibilidade de emitir opiniões próprias a respeito dos problemas políticos e educacionais levantados no questionário.

Verificou-se que os alunos do 1.º ano dependem em grande maioria de mesada familiar, em proporções que vão de 95% em São Carlos, a 81% no Rio, 73% na Bahia e 64% no RS. Ao examinarmos o valor dêsse sustento (proveniente de mesada familiar), verificamos que a maior concentração está na faixa até 150,00 (por mês) para o Rio (23,3%), subindo para 38,8% em Pelotas. Na Bahia, torna-se difícil analisar êsse dado, pois foi muito elevada a proporção de NR (63,7%). Aliás, cumpre ressaltar que isso também ocorreu em relação às demais amostras, tendo-se constatado a dificuldade que têm os estudantes em mencionar a importância que recebem. Em São Paulo 62,5% dos estudantes têm mesada familiar situada entre 150 e 350,00 mensais. Nas faixas mais altas — acima de 550,00 por mês — há 10% em Salvador e 5% em São Paulo; no Rio e em Pelotas, nenhum estudante declarou receber mesada dessa ordem de grandeza.

O trabalho próprio predomina, como seria de esperar, entre os quintanistas — atinge 91% no Rio e 77 na Bahia, não passa de 5,9 em Pelotas e 19,2 em São Carlos. O que não é de admirar, pois evidentemente as possibilidades de realizar atividade remunerada, nos últimos anos de graduação — ligadas ou não à especialidade escolhida — são muito maiores nos grandes centros do que em cidades do interior, onde o mercado de trabalho é forçosamente mais restrito. No 1.º ano a proporção dos que se sustentam através de trabalho próprio varia entre 0% em São Carlos e 23,3% em Salvador. No Rio ela equivale a 10,6% e em Pelotas atinge 6,4%.

Convém mencionar que muitos estudantes indicaram a necessidade de trabalhar como uma das causas para o mau aproveitamento nos estudos, o que, sem dúvida alguma, é verdade.

A bôlsa de estudo como forma de sustento aparece nas seguintes proporções: 12,9 e 17,6% em Pelotas (1.º e último ano); 11,6% sòmente no 5.º ano em São Carlos e simplesmente não aparece em Salvador nem no Rio, em nenhum dos anos. Isso nos parece estranhável, pois em geral se supõe que a distribuição de bôlsas de estudo estaria muito mais difundida, isto é, beneficiaria uma proporção bastante maior de estudantes de nível superior.

Por outro lado, as proporções tão elevadas de alunos que dependem de mesada familiar confirma a idéia de que o ensino universitário, mesmo nas universidades federais (públicas, portanto) ainda se reveste de características elitizantes. Pois para que a família possa sustentar um filho na universidade (e se houver mais de um filho, a situação evidentemente se complica) é preciso que disponha de uma renda mensal de padrão pelo menos médio alto. Sem mencionar o fato de que em geral as bibliotecas são bastante incompletas e dispõem de número muito reduzido de exemplares dos livros necessários, o que obriga o estudante a despesas com a aquisição de material didático, de preço nem sempre acessível.

4. Resultados preliminares

4.1 *Exposição aos meios de comunicação*

Admitindo-se que a imprensa diária se constitui o mais importante meio de informação sôbre os acontecimentos políticos que se verificam no país e no exterior, além de ser o órgão utilizado para a divulgação dos atos da política governamental interessava-nos verificar se o hábito da leitura diária de jornais estava arraigado (ou não) entre os estudantes de engenharia, e qual a proporção daqueles que declarariam simplesmente não ler jornais. Queríamos saber, ainda, quais as matérias que despertavam maior interêsse.

Comparados os resultados obtidos nas quatro amostras, constatou-se que os universitários baianos são aquêles que lêem jornais todos os dias, em proporções bem mais elevadas que seus colegas das demais regiões — 73,3 e 76,9% para o 1.º e 5.º anos, respectivamente. Apenas o 5.º ano do Rio atinge 73%, ficando os outros todos com percentagens bem mais baixas. Aliás, é surpreendentemente elevada a proporção da-

queles que declararam não ler, nem sequer *muito* raramente ou esporàdicamente, opções também oferecidas. Enquanto na Bahia, aparecem no 1.º ano 6,6% nesse caso, no Rio a percentagem chega a 19,2% no 1.º ano e, em São Carlos, atinge até 27% no 5.º ano.

De qualquer modo, poderíamos afirmar de maneira geral, que os alunos do 5.º ano revelam maior preocupação em se informar sôbre os acontecimentos, pois em todos os casos é entre êles que estão as proporções mais altas de leitura diária, muito embora a diferença seja pouco significativa, em relação ao 1.º ano, nos casos de São Carlos e Salvador. Já no Rio e em Pelotas, o aumento é de 15 e 30%, respectivamente.

Para o segundo aspecto da questão, isto é, quais as matérias que mais interessam, foram oferecidas as seguintes alternativas: política nacional, política internacional, notícias policiais, esportes, artes, seção humorística, assuntos técnicos ou científicos e outros. A política nacional seria, no caso, aquela que nos interessaria mais, uma vez que o objetivo principal da pesquisa era inclusive verificar o grau de aceitabilidade da programação adotada pelo Govêrno com vistas ao desenvolvimento do país.

Verificamos que a leitura de matérias relativas a política nacional corresponde, entre alunos do 1.º ano, a 31,9% no Rio, 35,0% em São Paulo, 41,9% no RS e 46,2% na Bahia. No 5.º ano, as proporções atingem, na mesma ordem, 30,5; 76,9; 64,7 e 69,1%. Vê-se que o interêsse por política aumenta de modo considerável (exceção feita para o Rio) entre os alunos prestes a concluir o curso de graduação. Aliás cumpre mencionar que os dados relativos à amostra do Rio revelam que o interêsse por assuntos de política nacional é bem inferior ao que seria de esperar, considerando-se que o Rio continua a ser um centro político da maior importância. Acrescente-se a isso a circunstância de que a proporção de estudantes cariocas que declara ler matérias esportivas é bem maior: 51,1 e 58,8%, no 1.º e 5.º anos, respectivamente.

A política internacional apresenta percentuais bem mais elevados, no Rio e em São Paulo (46,7 e 41,0% na primeira região e 50 e 73% na última, para o 1.º e 5.º anos. Em Salvador e Pelotas as proporções são mais baixas (52,8 e 61,5% para os baianos, e 32,2 e 41,1% para os gaúchos). De qualquer modo, constata-se que os acontecimentos internacionais des-

pertam acentuado interêsse, o que se poderia explicar, em parte, pela própria riqueza da vida política mundial, que tem oferecido nos últimos anos uma multiplicidade enormemente diversificada de fatos políticos. Por outro lado, é sabido que sempre foi grande a atração exercida pelo que ocorre no exterior, em particular na Europa e nos EUA.

Os assuntos técnicos e científicos que, presumìvelmente, deveriam ser matéria de leitura obrigatória para estudante de engenharia, não interessam a mais de 2,1 e 5,8% no Rio, 5,0% em SP (no 5.º ano ninguém assinalou essa categoria), 3,2% no RS (também apenas no 1.º ano) e 23% na Bahia (tanto no 1.º como no 5.º ano). Aliás, são também os baianos que revelam maior interêsse por artes (66,6 e 46,1%), que constituem os percentuais mais elevados. Isso talvez se explique pela tradicional riqueza e intensidade da vida artística em Salvador. Mas a verdade é que no Rio êsse aspecto também existe e no entanto os cariocas que assinalaram artes não foram além de 23,3 e 20,5% (no 1.º e 5.º anos).

A proporção de estudantes que declarou ler jornais semanalmente não altera em muito o quadro acima apresentado e só é significativa no Rio (17,2 e 8,8%) e em Pelotas (35,3 e 23,5%). Nas duas outras amostras, os percentuais são bem inferiores.

De qualquer modo, consideramos que o mais importante é, realmente, a leitura diária, como indicador de que existe a preocupação de manter-se informado sôbre o que está acontecendo.

4.2 *Motivação para a profissão*

Os estudantes de engenharia, que em sua esmagadora maioria fizeram no nível médio o curso científico — o curso técnico só aparece em proporção elevada em Pelotas (40%); bem menor em São Paulo (5%) justificam a escolha da profissão pelas mais variadas razões.

Vocação é a resposta mais freqüente, em proporções bastante elevadas. Muito embora seja grande o número que reclama das deficiências do ensino médio (o que constituiria uma das causas do mau aproveitamento do estudante na universidade) e também da falta de orientação vocacional. Isso nos levaria a encarar com reservas as respostas de que a vocação seria o fato determinante para a escolha do curso de engenharia.

Possibilidade de emprêgo bem remunerado aparece também em proporções elevadas, em 2.º lugar.

Interessava-nos aqui verificar até que ponto a escolha da profissão envolvia desejo consciente de contribuir para o progresso do país (e essa era aliás um das opções oferecidas) ou pelo menos, a declaração de que a razão de escolha teria sido o fato de ser ela área prioritária de desenvolvimento (outra opção). Mas ambas aparecem em proporções consideràvelmente menores que as duas mencionadas acima.

Agrupadas as respostas em duas categorias mais amplas — razões voltadas para o desenvolvimento e razões pessoais e gerais — verificamos que apenas em Pelotas há uma identificação maior com o papel a ser desempenhado pelo engenheiro (agrônomo, no caso) dentro do processo geral de desenvolvimento nacional. Mesmo assim, os percentuais são inferiores a 50%. Nas demais amostras, a desproporção entre aquelas duas categorias é muito mais gritante: a escolha da profissão (ou pelo menos do curso universitário seguido) responde em grau bem mais elevado por razões de ordem pessoal. Isso ocorre tanto no 1.º como no 5.º ano, o que nos permitiria concluir que a vida universitária parece contribuir muito pouco para a conscientização do estudante no sentido de elevar sua responsabilidade perante os problemas nacionais. Pelo contrário, no 5.º ano, a proporção dos que se incluem entre os motivados por razões voltadas para o desenvolvimento são inclusive menores.

Talvez essa posição do estudante de engenharia seja melhor explicada se fôr complementada pelas respostas dadas a duas outras perguntas: quais as causas das deficiências no setor educacional e quais as causas das deficiências no aproveitamento dos estudantes.

A) O primeiro aspecto — setor educacional — revelou que os universitários situam as deficiências mais sérias nas seguintes áreas: número insuficiente de vagas nas escolas superiores, falta de verbas para pesquisa e equipamento, elevado custo do ensino, má distribuição de recursos orçamentários, proporção reduzida de docentes em regime de dedicação exclusiva, analfabetismo.

As proporções atribuídas a cada uma dessas deficiências evidentemente variam de uma região para outra e do 1.º para o 5.º ano. É compreensível que a proporção elevada dos que

mencionam falta de vagas esteja no 1.º ano, onde o problema é (ou foi) sentido mais recentemente. No Rio, essa é a 1.ª opção para 59,5% (1.º ano) e 22% (5.º ano). Deficiência de verbas corresponde a 61,7% dos estudantes e elevado custo a 43,0%. Em São Paulo, essas causas aparecem em proporção bem mais reduzida. Em Pelotas, a 1.ª opção no 1.º ano é analfabetismo (29%) e deficiência de verbas (29,4%) para o último ano. As respostas foram agrupadas em categorias mais amplas: problemas específicos da universidade, inclusive corpo docente, problemas relativos a currículo e estrutura do ensino, falta de política educacional voltada para o desenvolvimento. Essa última aparece em proporções bastante elevadas. Em Salvador, corresponde a 53,3% dos alunos do 1.º ano e 84,6% do 5.º ano. Em Pelotas, chega a 64,5 e 64,6%.

B) O segundo aspecto — dificuldades para o aproveitamento dos estudantes — revelou que os estudantes as localizam em diferentes áreas, das quais as principais são: necessidade de trabalhar para se manter, deficiências do ensino primário e médio, desatualização de programas e currículos, falta de ensino prático e estágios, participação na política universitária.

É compreensível que os estudantes do 5.º ano apontem o trabalho como maior responsável pelo baixo aproveitamento (58,8% no Rio, 38,4% na Bahia). Já no 1.º ano, talvez porque a lembrança é mais recente, a principal culpa é atribuída ao ensino primário e médio, que prepararia mal o estudante para um bom aproveitamento do curso universitário. O que aliás é opinião bastante generalizada e constitui mesmo um dos fatôres determinantes para a reforma geral, nesses níveis, ora em processo de implantação. Mas, embora os percentuais mais altos se situam no 1.º ano (53,3% no Rio; 35,4% em Pelotas; 36,6% em Salvador e 22,5% em São Paulo), vê-se que também os alunos do 5.º ano atribuem a êsse fator uma importância significativa.

4.3 *Sugestões para a política educacional*

Ainda no intuito de configurar a imagem que o estudante de engenharia tem da atuação da universidade, obstáculos que impedem sua dinamização e melhor desempenho em prol de uma política desenvolvimentista, buscamos saber dos entrevistados quais seriam, na sua opinião as prioridades para uma

política educacional voltada para aquêle objetivo. As respostas distribuíram-se por numerosas categorias, mas as concentrações significativas foram: ensino tecnológico, colaboração universidade-emprêsa, contratação de técnicos e especialistas estrangeiros e treinamento intensivo em laboratório (significando estágio prático).

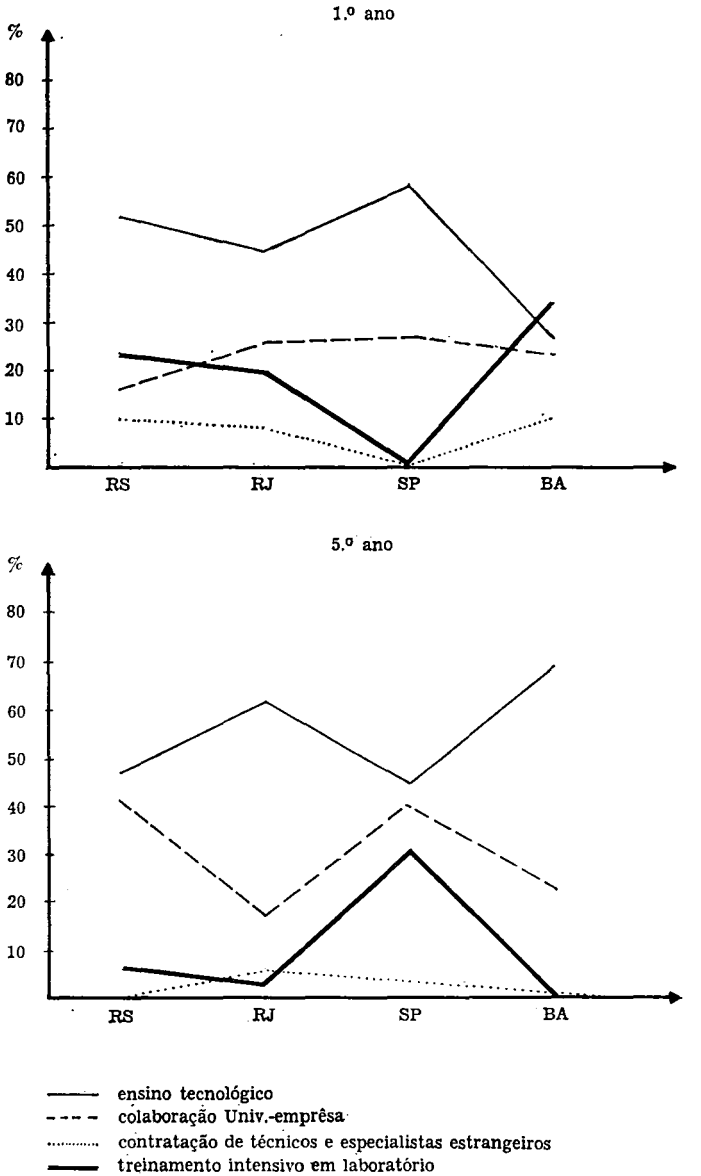
Verificou-se (gráfico 3) que a expansão do ensino tecnológico, muito distintamente das outras, é a medida sugerida pelos estudantes como aquela a que se deve dar mais ênfase na política educacional. A proporção de respondentes que a indicam como primeira opção é elevada nas quatro amostras, atingindo percentuais mais altos no Rio (85,1% e 82,3% — 1.º e 5.º anos). Aliás, é muito grande a importância atribuída pelos estudantes às áreas técnicas. As respostas a um dos outros itens do questionário, que indagava exatamente sôbre áreas prioritárias para o desenvolvimento nacional, revelou que aquelas que poderiam ser chamadas técnicas (num sentido muito amplo e genérico, pois abrangiam engenharia, medicina, química, física, agronomia, geologia, energia nuclear, eletrônica e cursos operacionais) aparecem com uma preferência acentuada (os percentuais variam entre 59,4% em São Paulo, 66,5% na Bahia, 86,8% no RS e 91,2% no Rio). Em contrapartida, as áreas por nós denominadas humanas (e que reuniam ciências sociais, administração e técnica empresarial e economia) foram indicadas como prioritárias para o desenvolvimento em proporções muito reduzidas, tanto no 1.º como no 5.º anos (gráfico 4).

Sem dúvida, isso reflete até certo ponto uma deformação, pois seria impossível traçar um programa de desenvolvimento nacional, de caráter integrado e global, que não desse ênfase à formação de economistas, sociólogos, administradores públicos e de emprêsas.

A segunda alternativa sugerida — colaboração universidade-emprêsa — vem constituindo tema de debate dentro da reformulação geral da estrutura universitária brasileira, assunto que está na ordem do dia há alguns anos. São os alunos do 5.º ano que dão maior destaque a essa medida, notadamente no Rio Grande do Sul e em São Paulo. No Rio, os percentuais mais baixos talvez possam ser explicados pelo fato de que essa colaboração é mais fácil, pois é elevada a proporção daqueles que já estão ligados a uma atividade profissional nos últimos períodos do curso de graduação. Aliás,

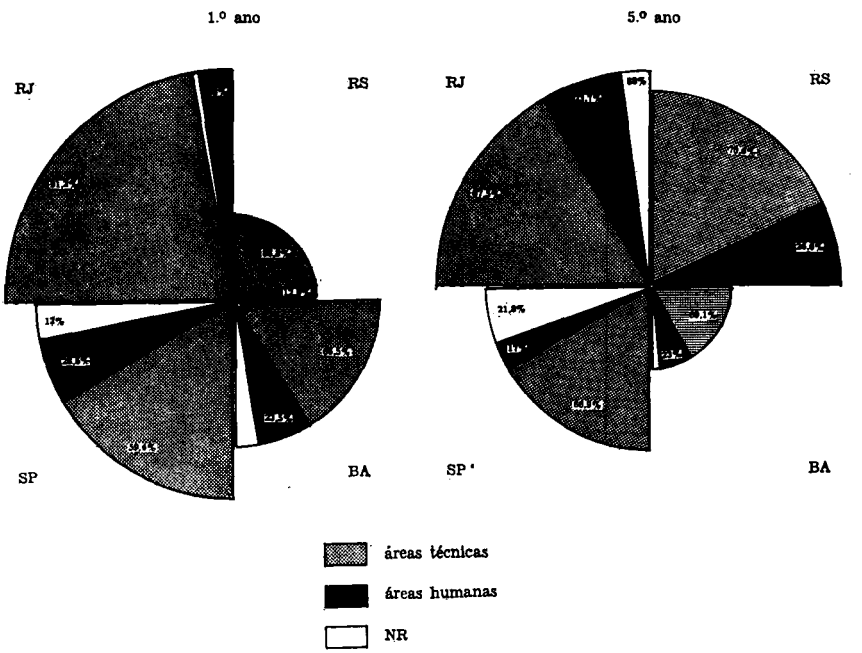
GRÁFICO 3

PRIORIDADES PARA UMA POLÍTICA EDUCACIONAL VOLTADA PARA O DESENVOLVIMENTO



as possibilidades oferecidas pelo mercado de trabalho, justamente nessa especialidade, são bem melhores num grande centro como o Rio. Por outro lado, não é de admirar que os alunos do último ano valorizem mais essa colaboração universidade-emprêsa, pois estão em melhores condições de caracterizar as deficiências mais sérias do curso, no que diz respeito à preparação profissional voltada para o exercício prático dentro da emprêsa.

GRAFICO 4
ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA O DESENVOLVIMENTO



O treinamento intensivo em laboratório ou realização regular de estágios práticos constitui reivindicação constante dos estudantes, principalmente das áreas técnicas, onde o ensino desligado da prática ou dos problemas concretos que o graduado irá enfrentar no dia-a-dia da vida profissional é apontado como um dos males maiores da universidade. É

curioso constatar (gráfico 4) que as diferenças são enormes entre as opiniões manifestadas por estudantes do 1.º e do 5.º anos.

É significativo o fato de que a proporção de estudantes que sugere a contratação de técnicos e especialistas estrangeiros é muito reduzida, o que constitui um índice a mais da ênfase atribuída à formação de uma tecnologia nacional.

4.4 *A Reforma Universitária*

Um dado foi motivo de grande surprêsa: a elevada proporção de estudantes que declara desconhecer a Reforma Universitária implantada em sua universidade. Em São Carlos, no 1.º ano, chegou a 70%. Em Pelotas, no 5.º ano, atingiu 41,1%. No Rio, tanto no 1.º como no 5.º ano, as proporções são altas: 40,4 e 35,2%. Essa afirmação prejudicou, evidentemente, a resposta à pergunta por nós formulada: conseguirá a Reforma Universitária corrigir as falhas do atual ensino superior? Mas o dado é altamente significativo pois constitui indício do alheamento dos estudantes, ou melhor, de sua não-participação no debate em tôrno da tão propalada reforma universitária. E em se tratando de setor de importância fundamental dentro da estrutura de qualquer universidade — engenharia — o fato se torna ainda mais relevante.

Por outro lado, a proporção dos que responderam afirmativamente àquela pergunta é bastante baixa. Em São Paulo, no 5.º ano, chega a 61,6% a proporção dos que responderam *não,* e a dos baianos é quase igual — 61,3%: o que revela forte descrença quanto à eficácia dos meios que estão sendo utilizados ou das medidas já adotadas. Aliás, o *não* mais alto também é dos baianos no 1.º ano (53,3%), o que significa evidentemente que a reforma já implantada naquela universidade, pelo menos na sua Escola de Engenharia, não está contentando aos que acabam de ingressar nem aos que vão concluir o curso.

O *sim* mais alto (35,4%) corresponde ao 1.º ano de Pelotas, aliás universidade recém-criada, porém Escola de Agronomia das mais antigas e conceituadas do país. O *sim* mais baixo é o de São Carlos (10%), escola que apresentou, como já foi dito antes, o *não* mais alto no 5.º ano (61,6%). Êsse último dado é bastante significativo, pois trata-se de importante *campus* da Universidade de São Paulo, bem equipado e dotado de boas instalações, de moderno centro de processa-

mento de dados, bom nível cultural e científico, curso de pós-graduação, programas de intercâmbio com universidades estrangeiras.

Ainda no capítulo Reforma Universitária, foram pedidas sugestões para corrigir as falhas apontadas. A primeira observação cabível é a de que em conseqüência da proporção elevada de alunos que declarou desconhecer a Reforma, o NR foi incrìvelmente elevado. De 61,7 e 64,7% no Rio (1.º e 5.º ano) atinge a 61,2 e 58,9% em Pelotas e 56,6 e 61,3% na Bahia. Apenas em São Carlos os percentuais são baixos: 5,0 e 3,8%. As respostas (sugestões) referiam-se à melhoria do corpo docente (quantidade, qualidade e remuneração), melhoria da administração, melhoria de currículo e métodos de ensino, melhoria de condições materiais (instalações), melhor atendimento ao corpo discente, integração universidade-sociedade e maior apoio do Govêrno.

Os resultados mostraram que as áreas mais significativas eram: corpo docente, currículos e métodos de ensino, corpo discente, integração universidade-sociedade. *Melhoria do corpo docente* destaca-se pela sua indicação, tanto no 1.º como no 5.º ano, como medida de maior alcance, e uma das sugestões concretas é a de ampliar a proporção de professôres em regime de dedicação exclusiva. Muitas outras porém foram apresentadas. Os currículos e métodos de ensino atualmente em vigor satisfazem menos aos estudantes de Pelotas e de São Carlos. Os problemas relativos ao corpo discente são mais sentidos pelos baianos (tanto no 1.º como no 5.º ano).

A integração universidade-sociedade equivale a zero em São Carlos e só é mencionada pelos gaúchos, assim mesmo abaixo de 10%. Ao que parece, não preocupa os universitários e não é encarada por êles como solução para as deficiências que a universidade apresenta.

Maior apoio do Govêrno aparece em proporções ínfimas: 5,8% no 5.º ano do Rio, 3,3% no 1.º ano da Bahia, não é mencionado em São Paulo nem em Pelotas, o que talvez se explique pela razão de que se trata de universidades federais.

4.5 *Papel desempenhado pelo movimento estudantil*

Os alunos de engenharia foram indagados sôbre as funções atribuídas ao movimento estudantil, tendo sido sugeridas várias opções: limitar-se a defender os interêsses dos estudantes

em relação ao ensino, participar ativamente em tôdas as decisões relativas ao ensino, preocupar-se com a profissionalização do estudante, defender os interêsses estudantis e também preocupar-se com problemas políticos gerais, promover atividades recreativas, promover atividades culturais dentro e fora da universidade.

Houve aprovação nítida da formulação: participação ativa em tôdas as decisões relativas ao ensino, em proporções bastante altas — 61,7 e 50,0% no Rio (1.º e 5.º anos); 47,5 e 21,3% em São Paulo; 51,5 e 82,3% em Pelotas; 49,5 e 38,4% em Salvador. Isso significa que os úniversitários reputam fundamental sua participação no debate e na solução de todos os problemas que dizem respeito ao curso que realizam, qualquer que seja o aspecto de que se trate. Outras categorias, por exemplo, promover atividade recreativas, recebem em alguns casos percentuais elevados (é o caso da Bahia: 40,4 e 17,6%) ou simplesmente não aparecem, como em São Carlos. A profissionalização do estudante é muito sentida em Pelotas (38,6 e 47,6%), no Rio (38,4 e 20,5%) e na Bahia (30,0 e 23,0%). Mas em São Paulo, é considerada por apenas 5,0% dos alunos do 1.º ano e não é mencionada pelos do 5.º.

Tais diferenças percentuais na maneira como os universitários encaram as funções atribuídas ao movimento estudantil talvez só possam ser explicadas por razões de ordem local. Associar o fato a maiores ou menores possibilidades oferecidas pelo mercado de trabalho (o que levaria o estudante a sentir de maneira mais ou menos aguda o problema da profissionalização) parece-nos conclusão apressada, pois tanto no Rio como em Pelotas, as proporções são elevadas, quando seria de supor que houvesse diferenças sensíveis, pois se trata de dois centros que se caracterizam por aspectos bastante distintos. De tôda maneira, vê-se que no Rio a proporção de quintanistas que atribuem essa função ao movimento estudantil é bem menor do que em Pelotas (20,5%), o que se explicaria pelas maiores oportunidades profissionais existentes no Rio.

As atividades culturais aparecem também em boa posição, em proporções maiores do que as recreativas (36,1 e 35,2%), no Rio; 32,2 e 47,0% no RS.; 36,6 e 46,1% na Bahia). Apenas em São Carlos, onde o currículo já inclui disciplinas culturais, em caráter optativo, essa proporção é ínfima.

Para efeito de confronto entre posições que se poderiam considerar opostas, tomamos duas categorias: limitar-se a de-

fender interêsses em relação ao ensino e defender interêsses dos estudantes e também preocupar-se com problemas políticos gerais. Nesse caso, verifica-se que a preferência declarada é pela segunda alternativa, atingindo na Bahia o índice mais elevado (69%, no 5.º ano). A única surprêsa é a resposta dos primeiranistas do Rio (31%) em apoio à primeira alternativa, o que talvez resulte, em boa medida, da impossibilidade atual de poder atribuir outra função (que não essa) ao movimento estudantil. De qualquer modo, na opção avaliação da maneira como o movimento estudantil cumpre essas funções (aquela que lhe foram atribuídas pelo entrevistados), verificou-se que a proporção dos que responderam *satisfatòriamente* era diminuta.

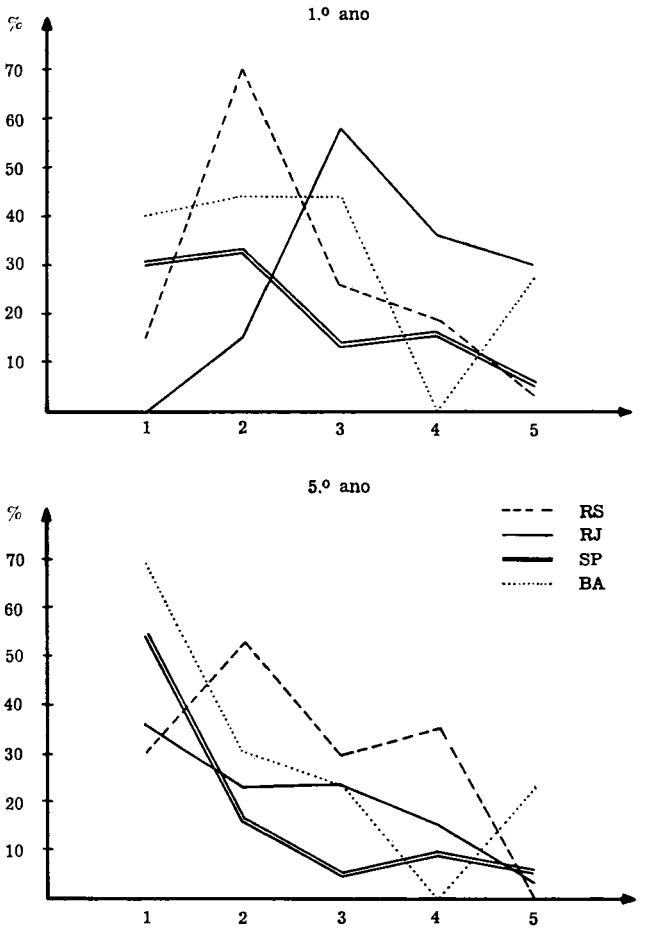
No 5.º ano, nas quatro regiões, os percentuais correspondentes a essa categoria não foram além de 8% (São Carlos), o mais alto de todos. No 1.º ano, apenas o Rio assinala proporção significativa de *satisfação* — 38%, o que também surpreende, por se tratar de alunos da Universidade Federal, onde nos últimos anos não existe pràticamente, qualquer tipo de movimento estudantil. Aliás, foram também êsses estudantes que optaram em proporção mais baixa por: defender os interêsses dos estudantes e também preocupar-se com problemas políticos gerais (17%), ao passo que 31% dêles atribuia ao movimento estudantil a função de limitar-se a defender os interêsses dos estudantes em relação ao ensino. Isso revela certa coerência com a avaliação mencionada acima ou, pelo menos, poder-se-ia afirmar que não há grande discrepância na opinião manifestada em relação aos dois aspectos do mesmo problema.

A insatisfação (parcial ou total) é consideràvelmente maior, tanto no 1.º como no 5.º ano, nas quatro universidades. As respostas que consideram insatisfatória a atuação do movimento estudantil atingem índices elevados em todos os lugares e sempre maiores no 5.º ano. A Bahia oferece os percentuais mais altos de insatisfação total (44 e 62% no 1.º e 5.º anos). Mas também no Rio atingem 53%, em ambos os sexos. Acrescida a essa opção a outra alternativa oferecida — parcialmente — verifica-se que os índices são ainda mais significativos.

Houve os que responderam que o movimento estudantil está totalmente bloqueado, o que provàvelmente exprime a

GRÁFICO 5

CONTRIBUIÇÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL PARA O DESENVOLVIMENTO



1 — participação ativa no debate dos problemas econômicos, sociais e políticos.

2 — atuação em programas especiais

3 — estágios em áreas atrasadas no interior do país

4 — campanha pela erradicação do analfabetismo

5 — estágios em áreas de especialização

opinião de que não teria muito sentido avaliá-lo de maneira positiva ou negativa, total ou parcialmente.[10]

A terceira pergunta relativa ao problema pedia ao estudante que opinasse sôbre qual deveria ser a contribuição do movimento estudantil para o desenvolvimento. Vê-se (gráfico 6) que há diferenças sensíveis nas respostas obtidas, não só entre os alunos do 1.º e 5.º anos, mas também das várias regiões. Assim, a participação ativa no debate dos problemas sociais e políticos, que não chega a sensibilizar o 1.º ano do Rio, na Bahia é considerada por 40% do 1.º ano e 70% do 5.º. Os de SP também atribuem grande importância a essa participação. A erradicação do analfabetismo não é encarada pelos baianos como tarefa de responsabilidade do movimento estudantil, ao contrário do que pensam os cariocas (1.º ano, 36%) e os gaúchos (4.º ano, 34%).

Êsses últimos inclinaram-se pelo apoio a programas especiais (tipo Projeto Rondon), o que aliás também é aprovado pelos baianos, embora em proporção menor. Os estágios em áreas de especialização, surpreendentemente, são muito pouco valorizados pelos alunos do 5.º ano (exceto os baianos, 23%) o que talvez possa ser interpretado, em certo grau, como atitude compreensível por parte de quem está prestes a concluir o curso de graduação e tem como preocupação fundamental resolver o seu problema de trabalho profissional, isto é, arranjar emprêgo. Os alunos do 1.º ano atribuem maior importância ao estágio, principalmente os cariocas (30%) e os baianos (27%).

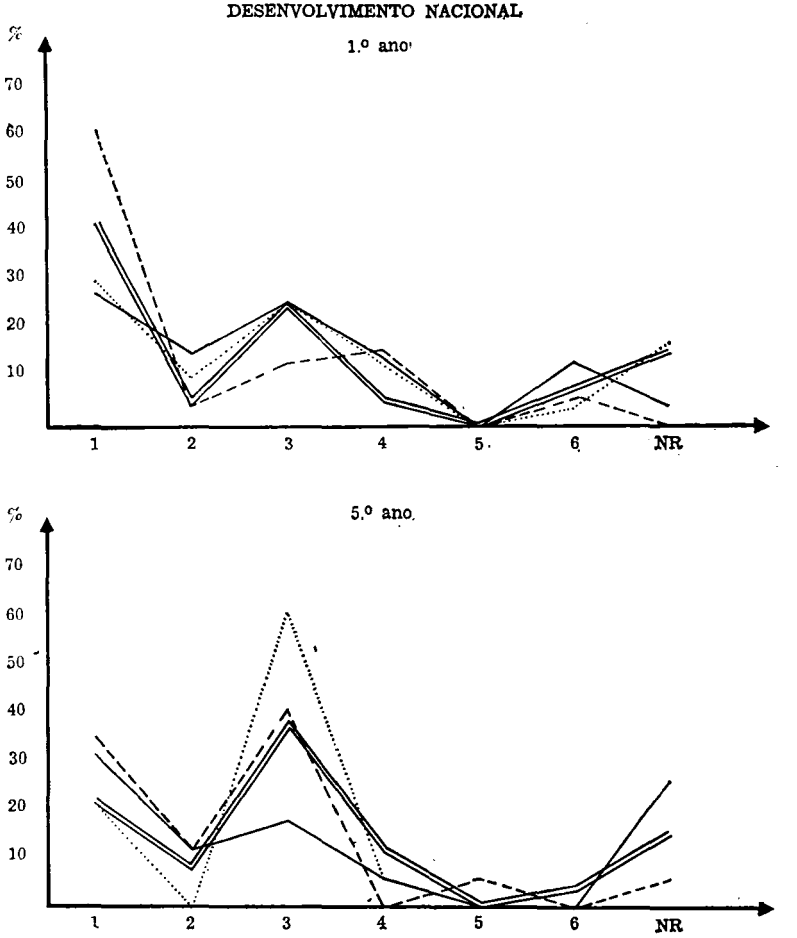
O estágio em áreas atrasadas do interior, como forma de contribuir para o desenvolvimento do país é apoiado com ênfase pelos cariocas (58% no 1.º ano), mas os paulistas lhe atribuem menor significação. Aliás, são os primeiranistas que revelam maior aceitação de tal medida, talvez porque nos últimos tem havido, por parte do Govêrno, a preocupação em utilizar estudantes universitários, principalmente de ciências médicas, para estagiar em localidades atrasadas.

Muito embora os universitários de engenharia venham tendo participação bem menor nesses programas especiais, sob a alegação de que se trata de especialidade que exige período de maior duração e maior investimento de recursos, do que aquêles habitualmente empregados.

[10] A revista VEJA, n. 156, 1-9-71, publicou ampla reportagem intitulada A paz do silêncio no *campus*, em que mostra as transformações ocorridas nos grandes centros universitários brasileiros, após a aplicação do Decreto-lei n.º 477, de 1969.

GRÁFICO 6

GRUPOS MAIS EMPENHADOS EM PROMOVER O DESENVOLVIMENTO NACIONAL



1 — empresários-industriais
2 — profis. liberais
3 — estudantes
4 — militares
5 — operários e camponeses
6 — políticos

RS
RJ
SP
BA

De qualquer modo, as respostas obtidas indicam que existe por parte do universitário a preocupação em participar do esfôrço pela superação do subdesenvolvimento, mediante movimento estudantil organizado e atuante.

4.6 *A imagem do desenvolvimento nacional*

O universitário de engenharia revela possuir idéias bastante claras sôbre a problemática que envolve o processo de desenvolvimento nacional. E quando se omite ou se recusa a responder (foi o caso da Bahia, onde o NR foi intencionalmente alto — 36,6 e 38,4% — em virtude da atitude de desconfiança com que o questionário foi recebido),[11] trata-se antes de uma posição consciente do que de um desconhecimento do problema e de suas implicações.

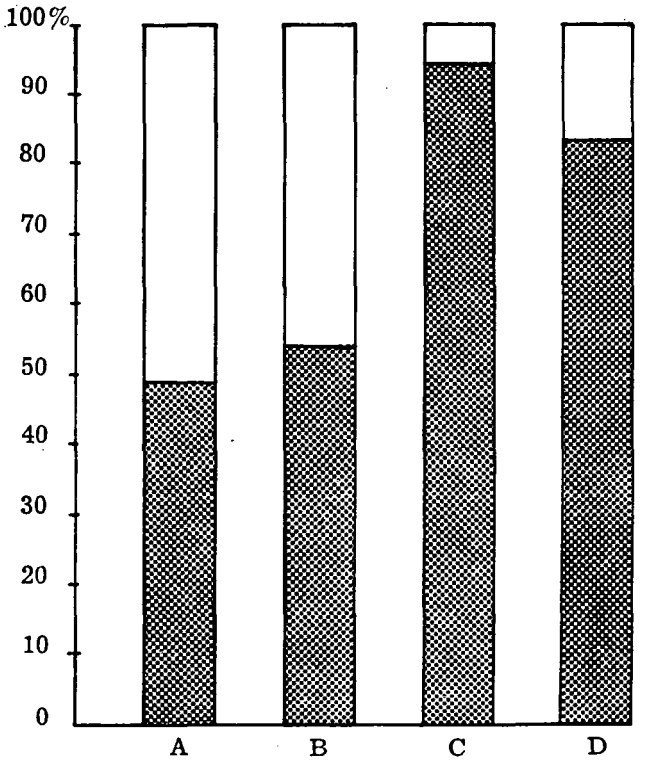
Entre as medidas sugeridas para apressar o processo de desenvolvimento (gráfico 3) destacam-se pela posição relevante que ocupam em relação às demais, aquelas que se situam na área da educação. Tanto no 1.º como no último ano, nas quatro regiões, os percentuais são muito mais altos, ocupando o Rio o 1.º lugar (acima de 50%). O desenvolvimento tecnológico, apontado como primeira opção (a pergunta era aberta e admitia até cinco sugestões, mas só foi codificada a primeira, presumindo-se fôsse considerada a mais importante de tôdas), aparece em proporção bem menor, em tôdas as amostras. Mas como já foi visto antes, ao opinarem sôbre as características de uma política educacional voltada para o desenvolvimento, os universitários deram grande destaque às áreas técnicas de ensino. Isso sugere que êles encaram a educação como medida capaz de apressar a superação do subdesenvolvimento mas, dentro dela, dão prioridade maior ao ensino tecnológico.

A racionalização do aparelho do Estado aparece como terceira medida, e a sua significação poderia ser complementada com as respostas fornecidas para uma outra indagação: qual o papel do Estado na promoção do desenvolvimento econômico? Vemos então que há variações enormes entre as diferentes regiões, na maneira como concebem êsse problema.

[11] Aliás, o mesmo fenômeno ocorreu em S. Carlos, onde os estudantes sorteados para a amostra revelaram receio em responder às perguntas, alegando que os dados obtidos poderiam ser utilizados contra êles.

GRÁFICO 7

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA ANTERIOR
SEGUNDO O TIPO DE CARGO EXERCIDO



A. Cargos administrativos dentro dos partidos

B. Cargos eletivos do Legislativo Municipal

C. Cargos eletivos do Executivo Municipal

D. Cargos eletivos do Legislativo Estadual.

Não participou

Participou

Os percentuais mais altos correspondem a: estimular a iniciativa privada e intensificar o comércio com todos os países.

Os baianos dão maior importância à criação de estímulos financeiros e fiscais, enquanto paulistas e cariocas opinam pelo contrôle direto dos setores básicos da produção.

É significativo que a categoria atrair investimentos estrangeiros (0% em São Paulo e na Bahia, no 5.º ano e inferior a 5% em São Paulo e no Rio, no 1.º ano) não é encarada pelos universitários como caminho a ser adotado.

Outras medidas apresentaram dispersão muito grande. Por exemplo: melhor aproveitamento de recursos, mudar traços de caráter nacional, independência de influências do exterior, melhores condições de bem-estar para a população, medidas econômicas setoriais. Entre essas últimas, está a sugestão de Pelotas: desenvolver a agricultura e a reforma agrária — 65 e 50% — percentuais muito elevados, se comparados aos demais.

A atuação do Estado é vista, portanto, como capaz de promover o desenvolvimento econômico, em grande parte de caráter apenas setorial. Muitas das medidas sugeridas são aquelas que vêm sendo defendidas ùltimamente pelo Govêrno como responsáveis pelas modificações introduzidas na economia do país. Isso poderia significar, até certo ponto, que os universitários se mostram sensíveis à argumentação utilizada para defender a adoção de determinadas medidas econômicas ou, visto o problema sob outro ângulo, não são capazes de oferecer sugestões que ultrapassem o terreno estritamente econômico. Muito embora se possa afirmar que em proporção expressiva se opõem a influências (ou pressões) do exterior, como já se haviam antes manifestado contrários à importação de técnicos estrangeiros. Dito de outra maneira, inclinaram-se por soluções nacionais, isto é, que implicam na utilização de recursos (financeiros e humanos) internos.

Essa imagem se completa com a resposta à indagação sôbre os setores mais importantes para acelerar o desenvolvimento econômico. Seis setores foram indicados: político, sociocultural, econômico, educacional, tecnológico e de saúde. A distribuição revela posições às vêzes bem distintas entre alunos do 1.º e 5.º anos, de uma só região. Exemplo: na Bahia, enquanto o 1.º ano opta pelo econômico (67%), o 5.º ano não lhe confere mais de 31%. Em relação ao setor sociocultural, a posição dêsses mesmos estudantes se inverte: 34%

no 1.º ano e 61% no 5.º ano (o percentual mais alto). O educacional constitui, em conjunto, aquêle a quem todos atribuem importância, o que não é mais do que a confirmação de respostas já dadas anteriormente. O tecnológico recebe maior apoio dos baianos e muito menor dos paulistas, o que talvez se explique pelo fato de que no NE se constitui deficiência muito maior. À saúde não é conferida grande importância, a não ser por parte dos baianos, o que se poderia explicar, supõe-se pelo fato de que as condições sanitárias, hospitalares, assistenciais em geral são ali inferiores àquelas oferecidas em centros mais desenvolvidos do sul do país.

Completando o quadro, temos a opinião sôbre os grupos mais empenhados em promover o desenvolvimento nacional (gráfico 18), onde aparecem os que foram indicados em 1.ª opção. Também aqui, revela-se a coerência com as respostas anteriormente formuladas. Os empresários e industriais (nesse grupo, no gráfico, foram incluídos os agricultores) recebem dos gaúchos as proporções mais elevadas (60% no 1.º ano), mas também são encarados pelos universitários das demais regiões como grupos importantes. O mesmo ocorre em relação aos estudantes, a quem todos atribuem papel importante, destacando-se os baianos (60% no 5.º ano).

Uma vez mais, fica configurada uma imagem de desenvolvimento de tipo capitalista, em que a expansão da atividade empresarial e da industrialização são encaradas como fatôres decisivos.

É natural que os estudantes, como grupo, sejam considerados igualmente capazes de promovê-lo, já que uma importância tão grande foi por êles atribuída à educação. Além disso, como já foi visto, manifestaram-se, em grande proporção, favoráveis a uma posição do movimento estudantil em que êsse não se limite apenas a defender os interêsses em relação ao ensino mas participe também na decisão dos problemas políticos. Isso revela, por parte dos universitários brasileiros, a consciência de que têm um papel a desempenhar no processo do desenvolvimento nacional.

Há dois outros dados significativos: primeiro, os políticos não são vistos como: grupo empenhado em promover desenvolvimento, a não ser em proporções incrìvelmente reduzidas (0% no Rio e em Pelotas, no último ano). Só lhes atribuem certa importância os primeiranistas cariocas (12,7%), pois os demais estão bem abaixo dos 10%. Não é de admirar, diante da atitude geral de descrédito, ou pelo menos de ceticismo

com que é encarada por muitos a possibilidade de os políticos (líderes partidários e representantes do Poder Legislativo) poderem ter uma participação mais ativa no processo decisório, dentro do atual contexto político-institucional brasileiro. Aliás, os próprios políticos são os primeiros a manifestar opinião semelhante: em duas pesquisas realizadas pelo IDPCP (ambas publicadas neste número), uma em tôrno da estrutura do poder local, em que foram feitas entrevistas com dezenas de candidatos à Câmara de Vereadores de Caxias (Estado do Rio) e outra sôbre a representatividade da Assembléia Legislativa da Guanabara (em que foram entrevistados os candidatos a essa Casa em novembro de 70), os dados obtidos revelaram que tanto uns como outros atribuem pouca importância à sua capacidade de intervir na tomada de decisões.

Em segundo lugar, os operários e camponeses, que constituem a imensa maioria dos trabalhadores do país e da população em geral, não são absolutamente encarados pelos universitários como capazes de promover desenvolvimento. No Rio, êles não aparecem como 1.ª opção, embora cêrca de 10% dos alunos os tenham mencionado, em 2.ª ou 3.ª. Apenas os gaúchos (4.º ano) sugerem os camponeses, provàvelmente porque estão mais ligados à atividade agrícola e lhes atribuem maior importância. Aliás, foram também os únicos a mencionar a reforma agrária como medida importante a ser tomada.

4.7 *Integração latino-americana*

Interessava-nos saber como os estudantes de engenharia encaram o problema da integração econômica e política dos países da América Latina e que importância atribuem ao fenômeno, dentro do processo de desenvolvimento. Foi-lhes pedido que indicassem as principais conseqüências que acarretaria semelhante fenômeno, escolhidas dentre várias opções apresentadas.

A análise das respostas obtidas revela antes de tudo a elevada proporção de NR ou não tem opinião a respeito, o que pode ser interpretado como desconhecimento do problema em si (sua significação ou importância geral), decorrente da insuficiente informação a respeito ou simples desinterêsse pelo mesmo, por consderá-lo irrelevante. É curioso constatar que as proporções mais altas estão no 5.º ano (no Rio, o NR

varia de 5 a 30% entre o primeiro e o último ano, o que constitui a maior diferença percentual — mas ela existe também nas outras regiões). Isso talvez se pudesse explicar pelo fato de que o fenômeno da integração continental começou a atrair maior atenção dos cientistas sociais apenas nestes últimos anos, o que leva a imprensa e os órgãos de divulgação em massa a dedicar mais espaço ao assunto. Daí resultar que os alunos 1.º ano, recém-ingressados na universidade, estão de modo geral melhor informados a respeito (a proporção de NR são bem menores, nas quatro amostras).

De fato, trata-se de assunto que apenas começa a sensibilizar a opinião pública e os acontecimentos políticos que se vêm verificando nessa região num período histórico mais recente, justificam o interêsse que o tema desperta.

Os índices percentuais mais altos de opiniões manifestadas pelos estudantes situam-se, tanto para o 1.º como 5.º anos, nas categorias: ampliação de todos os mercados nacionais e fortalecimento da economia regional — é o Rio que apresenta proporções mais elevadas (60 e 48%, para a primeira categoria). Os alunos do 5.º ano apresentam visão de caráter mais amplo (regional).

Portanto, é significativo o fato de que os universitários adotam posição favorável (ou valorem positivamente) o processo de integração continental, encarado como medida importante para reforçar a economia não só de cada país isoladamente, mas de tôda a região.

Essa conclusão é confirmada ainda pelas proporções mais reduzidas com que foi aceita a formulação ampliação de alguns mercados em detrimento de outros (0% no 5.º ano da Bahia e menos de 5% no Rio).

A análise do aspecto político da questão, focalizado pela inclusão da categoria melhor entendimento político, mostra que há uma posição coincidente entre os quintanistas das quatro regiões (tôdas com percentuais que se situam pràticamente na mesma faixa). Embora os índices relativos ao 1.º ano sejam mais elevados, notadamente no Rio e Rio Grande do Sul. São os paulistas que parecem atribuir menor relevância ao aspecto político do problema, em ambas as séries.

De qualquer modo, a idéia da importância da integração continental parece estar presente entre os futuros engenheiros, o que poderia ser interpretado, inclusive, como ati-

tude de aprovação aos esforços que vêm sendo empreendidos por diferentes governos da região, no sentido de estreitar os laços econômicos e culturais existentes entre êles.

5. Algumas conclusões iniciais

O presente relatório preliminar tem como principal finalidade divulgar alguns resultados mais significativos obtidos por intermédio de um trabalho de investigação empírica cujo caráter foi em grande parte apenas exploratório. Evidentemente, quaisquer conclusões que fôssem aqui apresentadas exigiriam, para ser aceitas, maior aprofundamento e elaboração teórica de nível mais alto. É exatamente isso que nos propomos a fazer em futuro próximo, buscando interpretar os dados por nós obtidos e compará-los com os resultados e as conclusões referentes ao mesmo objeto de estudo, em outros países da América Latina. Como é sabido, já foram realizadas pesquisas, em parte semelhantes, em vários dêsses países: Venezuela, Peru, Chile, Uruguai, Argentina, Colômbia e alguns outros. Seria extremamente interessante comparar os dados existentes e prosseguir os estudos, ampliando-os para novas áreas, de maneira a que se possa ter uma visão mais completa do papel da universidade latino-americana como agente de mudança social, e do comportamento do universitário dentro dêsse processo.

Apesar das limitações com que foi empreendida a pesquisa aqui relatada, algumas conclusões muito gerais poderiam ser anunciadas, mesmo em caráter preliminar.

5.1 O processo de desenvolvimento nacional dos países da América Latina, na sua atual etapa histórica, exige elevado grau de mobilização política e participação consciente e intensa daqueles setores capazes de dar contribuição mais decisiva à aceleração do referido processo.

Dentre êsses setores, é à universidade e, em geral, aos especialistas de nível superior, que está destinado papel de primeira importância. Da maneira como a universidade concebe êsse papel e das medidas concretas adotadas para o seu efetivo desempenho, depende em proporção considerável o êxito de sua participação.

O estudante universitário ocupa lugar especial nas sociedades ainda pouco desenvolvidas. É um privilegiado, num país onde a proporção de analfabetos é ainda elevada e o

acesso à universidade é dificultado por uma série de obstáculos. Na América Latina, essa verdade é particularmente evidente. Por isso, todos os trabalhos de investigação empírica que têm como objeto de estudo os universitários, constatam sua situação de privilegiados, pela simples razão de que tiveram acesso a uma instituição de ensino superior. Isso porque a posse de um diploma universitário confere ao seu portador *status* mais elevado, melhores oportunidades no mercado de trabalho e, conseqüentemente, a possibilidade de obter salários mais altos e melhor padrão de vida.

Também no nosso caso, a constatação mais imediata é a de que os estudantes de engenharia provêm de camadas médias (altas ou médias), cujo nível de renda familiar mensal se localiza em faixas também médias. Apenas na Escola de Agronomia de Pelotas encontramos proporção significativa de alunos pertencentes a famílias de renda baixa (até 500,00). Foi também apenas ali que encontramos alunos cujos pais possuem instrução primária e secundária em proporção bem mais alta que a superior. No Rio, os pais com apenas instrução primária são muito pouco numerosos, o que revela tratar-se de estudantes procedentes de famílias de nível cultural mais elevado. Aliás, é muito significativa a alta proporção de pais que exercem profissões liberais ou altos cargos administrativos.

Os dados referentes ao 1.º ano, que poderiam servir como indicadores de um processo de renovação ou abertura da universidade para camadas mais baixas da população, revelam, ao contrário, que os cargos manuais (ocupação atual do pai) aparecem com percentuais bem inferiores aos do 5.º ano.

5.2 A engenharia continua a ser encarada como profissão masculina. As mulheres pràticamente não aparecem e apenas no Rio o percentual chega a 12,8% no 1.º ano, no 5.º ano é 0%) quando seria de esperar que ao menos nesse grande centro de absorção de quadros técnicos qualificados, elas tivessem que esbarrar com menos obstáculos, enfrentar menos preconceitos e encontrar maiores estímulos para o exercício dessa profissão.

5.3 Os estudantes casados são muito poucos e o índice mais alto foi o da Bahia (15% no 5.º ano). Isso revela a dificuldade que o universitário enfrenta para constituir família

independente, embora já se encontre numa faixa etária (25-30 anos) em que a idéia de casamento certamente existe, mas se torna impraticável.

5.4 A principal forma de sustento do estudante de engenharia é a mesada familiar, que atinge no 1.º ano proporções elevadíssimas (chegam a 81% no Rio e 95% em São Paulo).

Isso revela elevado grau de dependência econômica em relação à família, o que certamente influi sôbre o comportamento geral do estudante e as opiniões que êle emite. O fato de que êsses estudantes morem com os pais é também fator a ser levado em conta para que se compreenda a posição por êles adotada.

Os alunos do 5.º ano apresentam proporção bem mais elevada de trabalho próprio (chega a 91% no Rio, mas não vai além de 6% em Pelotas). Isso evidencia que o fato de estudar num grande centro oferece, realmente, possibilidades bem maiores de profissionalização e exercício de atividade remunerada, ainda antes da conclusão do curso. Muito embora os estudantes afirmem que a necessidade de trabalhar constitui uma das causas mais sérias para o mau aproveitamento dos alunos.

Outra constatação: a bôlsa de estudo está muito pouco difundida e como forma de sustento do universitário aparece em proporções muito reduzidas (em tôrno de 15% em Pelotas, em ambos os anos 11,6% no 5.º ano de São Carlos). No Rio e em Salvador não havia um só aluno com bôlsa de estudos. Seria importante buscar as razões para tal fato e examinar, talvez, a possibilidade de generalizar êsse sistema de financiamento do estudo.

5.5 O interêsse em conhecer os fatos políticos que ocorrem no seu próprio país e no exterior, medido por meio da leitura diária de jornais, varia entre os universitários das diferentes regiões e entre os alunos do 1.º e 5.º anos. Há desde aquêles que declaram não ler (nem mesmo muito raramente) até os baianos que atingem as proporções mais altas (acima de 70%, tanto no 1.º como 5.º anos).

São os quintanistas que fazem a leitura diária em maior grau e destacam matérias de política nacional e internacional (embora os assuntos esportivos também despertem inte-

rêsse). Notícias técnicas e científicas não atraem os estudantes de engenharia, o que é estranhável. Artes interessam em grau bem maior aos baianos.

5.6 A vocação é declarada fator determinante para a escolha da profissão, embora muitos se queixem das deficiências do ensino médio. A segunda razão seria a possibilidade de emprêgo bem remunerado.

Constatamos que o fato de a engenharia ser área de importância vital para qualquer programa de desenvolvimento nacional influi muito pouco como fator de motivação para a escolha da profissão. As razões de ordem pessoal superam aquelas que poderiam estar voltadas para o desenvolvimento de seu país. Como isso ocorre tanto no 1.º como no 5.º ano, pode-se concluir que a universidade parece influir muito pouco no sentido de conscientizar o estudante quanto à sua responsabilidade perante os problemas nacionais. Aliás, no último ano, a proporção daqueles que se preocupam com isso é ainda menor, provàvelmente porque a aproximação do término do curso torna mais imediata a solução do problema do emprêgo.

5.7 Os universitários situam as deficiências do ensino superior no terreno da insuficiência de vagas (em proporção bem maior no 1.º ano, como seria de esperar), deficiência de verbas e falta de uma política educacional voltada para o desenvolvimento.

Êles atribuem a dificuldade para o seu melhor aproveitamento à necessidade de trabalhar, à desatualização de programas e currículos, e à falta de ensino prático e estágios.

5.8 Entre as sugestões que apontam para uma política educacional voltada para o desenvolvimento estão, em primeiro lugar, a expansão do ensino tecnológico ou das áreas técnicas, de modo geral, aí incluídas engenharia, medicina, química, física, agronomia, geologia, engenharia nuclear, eletrônica e cursos operacionais. As áreas humanas aparecem em proporções muito reduzidas.

A colaboração universidade-emprêsa é considerada mais importante pelos alunos do 5.º ano, provàvelmente porque sentem de maneira mais direta e imediata o problema do exercício da profissão. A êsse aspecto se associa outro: o estágio ou treinamento intensivo, como medida indispensável para melhorar o ensino.

5.9 É surpreendente a proporção de estudantes que declara desconhecer a Reforma Universitária implantada de sua universidade (chega a 70% no 1.º ano, em São Paulo). E aquêles que a conhecem, respondem que ela não corrigirá as falhas do atual ensino superior, o que mostra que as medidas já adotadas não são encaradas pelos estudantes como capazes de solucionar os problemas anteriormente existentes.

Entre as sugestões apresentadas para corrigir as falhas apresentadas, incluiam-se a melhoria do corpo docente, de currículos e métodos de ensino, de condições materiais, melhor atendimento ao corpo discente. A primeira delas (corpo docente) é a que recebe o maior destaque, e a ênfase se faz na ampliação do número de professôres em regime de dedicação exclusiva.

5.10 Ao movimento estudantil são atribuídas funções variadas, relacionadas com a defesa dos interêsses do estudante, a participação ativa em tôdas as decisões referentes ao ensino, a preocupação com a profissionalização, com atividades culturais ou recreativas.

Mas uma proporção considerável de estudantes se manifesta por uma posição que consistiria em defender os interêsses dos estudantes e também preocupar-se com problemas políticos gerais. [12]

Os universitários declaram-se, com grande margem de diferença, insatisfeitos com a situação do movimento estudantil e as proporções mais altas correspondem ao 5.º ano, nas quatro regiões. Muitos afirmam que o movimento estudantil está totalmente bloqueado.

Apesar disso, todos consideram que êsse movimento pode e deve dar uma contribuição importante para o desenvolvimento, mediante participação ativa no debate dos problemas sociais e políticos.

Várias medidas são sugeridas para efetivar essa participação estudantil, desde sua inclusão em programas especiais

[12] ALBORNOZ, Orlando. Student opposition in Latin America. In: Government and Opposition. *Quarterly Journal of Comparative Politics, 2* (1): 19-66-67, estuda dados sôbre oposição estudantil, buscando caracterizar os estudantes politicamente ativos, por intermédio de associações entre grau de envolvimento político, satisfação com a vida estudantil, tipo de universidade, etc. Cf. ainda do mesmo autor: La profesión de ingeniero en una sociedad en desarrollo. *America Latina, 13* (1): 1970.

(tipo Projeto Rondon), estágios em áreas atrasadas do interior do país, o empenho para a erradicação do analfabetismo. Variam apenas as proporções em que êles optam por uma ou outra dessas alternativas.

5.11 A imagem do desenvolvimento nacional, tal como êsse processo é concebido pelos estudantes brasileiros de engenharia pode ser delineada por intermédio das respostas que êles deram a três perguntas do questionário, assim formuladas: a) quais as medidas sugeridas para apressar o processo de desenvolvimento? b) quais os setores mais importantes para acelerar o desenvolvimento econômico? c) quais os grupos mais empenhados em promover o desenvolvimento nacional?

As medidas se situam fundamentalmente na área da educação, o que vem confirmar, uma vez mais, a enorme importância atribuída pelos estudantes ao problema da elevação do nível educacional geral. Dentro disso, destaca-se o ensino tecnológico como aquêle que deve merecer atenção prioritária. A erradicação do analfabetismo é considerada medida indispensável.

A necessidade de racionalizar o aparelho do Estado é enfatizada pelos estudantes, o que pode ser interpretado como atitude favorável à dinamização da ação estatal, por meio da adoção de medidas tendentes a desburocratizar aquela ação, notadamente no campo da tecnologia. Mas se de um lado êles falam em intensificar o comércio com todos os países, como função precípua do Estado e medida importante para acelerar o desenvolvimento nacional, de outro, manifestam-se frontalmente contrários à atração de investimentos estrangeiros, pela convicção de que isso implicaria em ceder a pressões externas, nocivas aos interêsses nacionais.

O setor educacional é aquêle a quem todos os universitários, em conjunto, atribuem grande importância, associado ao sociocultural. Nas respostas a essa segunda pergunta, as opiniões variam de maneira considerável entre as quatro regiões estudadas e entre os alunos do 1.º e 5.º anos. Os baianos dão muito mais ênfase à saúde e à tecnologia, do que os paulistas, o que evidencia a diversidade de problemas enfrentados por uns e outros.

Entre os grupos mais empenhados, destacam-se os empresários e industriais, mas todos apontam os estudantes como um daqueles mais diretamente interessado em impulsionar o

processo de desenvolvimento. Surpreende a nenhuma importância atribuída aos políticos e aos operários e camponeses. Em relação aos primeiros, manifesta-se o ceticismo quanto à sua possibilidade prática em intervir no processo decisório. Quanto aos últimos, a sua participação política é considerada mínima.

Em resumo, a imagem do desenvolvimento nacional é a de um desenvolvimento de tipo capitalista, empresarial, com ênfase na industrialização e no avanço tecnológico. As medidas indicadas situam-se na esfera econômica setorial, sendo muitas delas de caráter imediatista. À educação e aos estudantes é atribuído papel importante no processo de superação do atraso sociocultural, mas para o seu bom desempenho êles querem ter assegurada sua participação no debate e na decisão dos problemas político-sociais.

PUBLICAÇÕES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

1. *Deputados brasileiros* (Repertório biográfico dos membros da Câmara dos Deputados — 6.ª legislatura)
2. *Anais da Câmara dos Deputados*
3. *Anais da Constituição de 1967*
4. *Participação do trabalhador nos lucros da emprêsa* (Série Documentos Parlamentares)
5. *Súmula de discursos*
6. *Série Emendas à Constituição de 1946*
7. *Referência legislativa*
8. *Resenha legislativa*
9. *Bibliografia sôbre Federalismo* (separata)
10. *Bibliografia sôbre a Universidade de Brasília* (separata)
11. *Apartheid. Bibliografia sôbre a política de segregação racial na África do Sul*
12. *Política de desenvolvimento e atuação da SUDENE* (Bibliografia) (separata)
13. *Bibliografia de José Bonifácio de Andrada e Silva* (O Patriarca da Independência) (separata)

À venda nas livrarias da FGV ou pelo reembôlso postal. Pedidos para a Fundação Getúlio Vargas, Serviço de Publicações, Praia de Botafogo 188, Caixa Postal 21.120, ZC-05, Rio de Janeiro, GB.